

Jornal Econômico

Impactos da Pandemia nas Finanças Públicas

EDITORIAL

Nesta 3ª edição do Jornal Econômico, alunos e professores do Curso de Ciências Econômicas da UFR discutem os impactos da pandemia da Covid-19 nas finanças públicas a nível nacional, regional e local. Mas, não se preocupem, a coluna “Do aluno pra Você” explica alguns conceitos da contabilidade nacional para o perfeito entendimento. Aproveitem muito a leitura!!!

Profa. Dra. Kelly Cardoso Faro

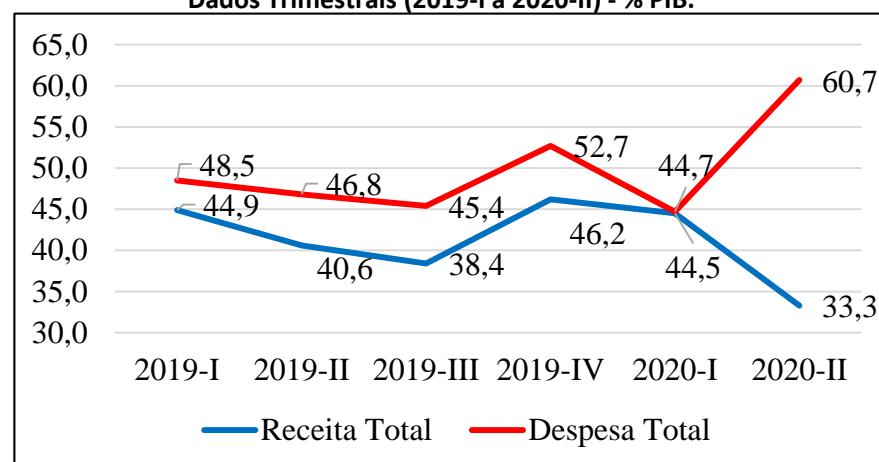
Brasil

No atual contexto de crise sanitária e econômica, é fundamental analisar o comportamento das finanças públicas do país, pois elas influenciam a oferta de serviços públicos essenciais (saúde, educação, seguridade social, segurança pública), a realização de investimentos públicos (construção de creches, escolas, hospitais, rodovias) e a capacidade de implementação de políticas públicas, incluindo as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia, a exemplo do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00.

Do lado das receitas, e considerando o primeiro semestre de 2020, registrou-se uma redução de 10% na arrecadação total do setor público* em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda foi influenciada principalmente pelos impostos e contribuições sociais, cujas arrecadações diminuíram 8,8% e 7,8%, respectivamente. As medidas necessárias para conter os efeitos da pandemia, ao reduzirem a circulação de pessoas e exigirem o fechamento de várias atividades, impactaram negativamente o ritmo de atividade econômica do país e, por consequência, a capacidade de arrecadação do Estado brasileiro. Em termos de porcentagem do PIB, as receitas alcançaram 33,3% do PIB no segundo trimestre de 2020, ante 40,6% do PIB no mesmo período de 2019, uma queda de 7,3 pontos percentuais (ver Gráfico 1).

Do lado das despesas, e considerando o primeiro semestre de 2020, registrou-se um aumento de 8,5% nos gastos totais do setor público em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para a elevação da despesa com transferências/doações (85,7%) e benefícios sociais (36,4%). Por outro lado, houve importante queda da despesa com juros (-32%) e subsídios (-28%). No que se refere à porcentagem do PIB, as despesas alcançaram 60,7% do PIB no segundo trimestre de 2020, ante 46,8% do PIB no mesmo período de 2019, um aumento de 13,9 pontos percentuais.

Gráfico 1: Evolução das Receitas e Despesas Públicas Brasileiras – Dados Trimestrais (2019-I a 2020-II) - % PIB.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tesouro Nacional.

Finalmente, o resultado operacional líquido (receitas - despesas) foi negativo em R\$ 449 bilhões no primeiro semestre de 2020, um valor 159,3% maior que o registrado no mesmo período de 2019. Com efeito, a necessidade líquida de financiamento do setor público, isto é, o montante de dinheiro que deve ser levantado para financiar as atividades do governo, quando as despesas superam as receitas públicas, alcançou o volume de R\$ 434,6 bilhões no primeiro semestre de 2020, um montante 195,9% maior que o observado no mesmo período do ano anterior.

Constata-se, portanto, um processo de deterioração das contas públicas brasileiras, o qual traz desafios e restrições à atuação do Estado no contexto de forte desaceleração econômica, desemprego e subemprego elevados e situação pandêmica.

Prof. Dr. Renato Nataniel Wasques
Aluna Heloisa Cajango Santana

Mato Grosso

No dia 25 de março de 2020, a Assembleia Legislativa do estado decretou calamidade pública (Decreto nº 424/2020), tal fato possibilita dispensa em cumprir a meta fiscal definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias nacional até o fim do período de calamidade e, portanto, também isenta o estado da sistemática de limitação de empenho e pagamento utilizada na sua execução. Todavia, mesmo assim, o resultado de maio a agosto foi superavitário das contas públicas de Mato Grosso.

No segundo quadrimestre de 2020, o estado obteve um superávit (R\$ 3,6 bilhões) de 14,9% maior se comparado ao mesmo período de 2019. Em termos de receita total, foi registrado o montante de R\$ 15 bilhões, enquanto que a despesa total foi de R\$ 11,4 bilhões.

O ICMS foi o imposto que mais contribuiu para esta receita juntamente com as entradas da FETHAB, compostas pelas *commodities* (soja, milho, algodão, carne, gado e madeira e combustíveis), que obteve desempenho positivo devido a alta valorização do dólar e a manutenção das exportações dos produtos produzidos no estado. Vale enfatizar que as receitas obtidas neste quadrimestre foram 161,17% superiores ao que era

previsto e que no superávit estão inseridos os recursos repassados pelo governo federal para repor perdas em razão da pandemia da Covid-19.

Para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, o secretário de estado de Fazenda, Rogério Gallo, prevê 12% da receita líquida corrente alocada em investimentos, especialmente nas áreas de infraestrutura e logística, saúde, educação e segurança pública, segundo documento enviado à União.

Das despesas orçamentárias correntes realizadas, foram proeminentes os gastos com pessoal e encargos sociais (R\$7,6 bilhões), 5,6% superior ao que fora previsto. Por fim, mesmo com a necessidade de uma série de medidas excepcionais que o governo teve que tomar para rebater os efeitos negativos da crise advinda da pandemia, em especial na área da saúde, a atividade econômica fundamental do estado, o agronegócio, foi crucial para o resultado superavitário das finanças mato-grossenses de maio a agosto de 2020.

Profa. Dra. Kelly Cardoso Faro
Aluno Rafael Almeida

Rondonópolis

A pandemia da Covid-19 tem provocado grandes adversidades, não apenas para a economia do setor privado, mas também para as finanças públicas, gerando, assim, preocupações tanto para a União, quanto para estados e municípios.

Em se tratando dos municípios, o impacto financeiro da pandemia é, por um lado, devido à redução na arrecadação de impostos, tais como IPTU, ISS e outras taxas, além da diminuição das transferências federais e estaduais. E, por outro lado, devido à exigência de maiores gastos em serviços públicos, tais como a saúde.

Falando de Rondonópolis, dados dos balancetes mensais do município mostram que, antes da pandemia, a situação das contas públicas municipais era boa, já que as receitas e despesas correntes fecharam o ano de 2019 equilibradas e, na soma dos três primeiros meses de 2020, o total das receitas orçamentárias era 14,6% maior do que para o mesmo período de 2019.

Com a chegada da pandemia, as receitas de Rondonópolis foram impactadas, principalmente no mês de abril, com uma queda na arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria, na ordem de 44,25%, se confrontado com o mesmo mês de 2019, muito por conta do período em que o comércio ficou total ou parcialmente fechado, devido às medidas de isolamento social.

Porém, nos meses seguintes houve uma recuperação, pelo menos nas receitas acima citadas, tanto que no agregado de janeiro a setembro de 2020 estas já são 18,41% maiores do que o acumulado para os mesmos meses de 2019.

Em relação aos gastos, de abril a setembro de 2020, as despesas do município com a saúde cresceram 21,86%, se comparado ao mesmo período do ano passado. Isto indica que, além de impactar as receitas, a Covid-19 exigiu maiores dispêndios.

De modo geral, é possível dizer que Rondonópolis possui relativa tranquilidade nas finanças públicas, principalmente se comparado a diversos municípios brasileiros que tem passado por problemas graves de desequilíbrio em suas contas. Parte dessa posição se deve ao fato do setor agroindustrial e das atividades relacionadas, que são importantes para o município, terem sido pouco influenciadas pelos problemas decorrentes da Covid-19.

Porém, é importante lembrar que a pandemia está em curso, o que exige dos gestores públicos municipais muita atenção, pois a recuperação econômica depende do controle do vírus e, até lá, os fatores que impactam diretamente a arrecadação e os gastos devem ser acompanhados de perto, visando o equilíbrio das finanças públicas.

Prof. Dra. Aniela Fagundes Carrara
Aluna Wanessa Ramos Machado

Do aluno para você: entendendo termos técnicos

Quando o assunto é finanças públicas, um emaranhado de termos técnicos surge. Essas informações aparecem em jornais, revistas e em nossos telejornais favoritos, muitas vezes não de forma tão clara. Com o intuito de desvendar esse novelo, esta coluna apresentará termos importantes do cotidiano quando estamos vendo algo sobre o setor público.

Quem não se deparou na telinha da televisão, com o termo superávit primário? Essa informação é repassada à população e mostra o resultado positivo da diferença das receitas e despesas – menos os juros – do setor público, ou seja, a sobra após o gasto do governo descontando os juros da dívida pública. Com esse valor podemos pagar dívidas e juros, o resto desse pagamento é o superávit nominal. Ressalta-se que, na maioria das vezes os juros são tantos, que nem esses são passíveis de pagamento, acumulando para período posterior. Quando a sobra é negativa, temos o déficit.

E de onde vem a arrecadação do governo? Dos tributos, dentre eles os impostos, taxas e contribuições. Como o nome já diz, os impostos são obrigações que, direta ou indiretamente, são pagas por todos cidadãos e são a base de todo valor arrecadado pelo governo. Taxas são cobranças relacionadas à prestação de algum serviço do Estado para as pessoas e as contribuições são tributos relacionados a benefícios específicos para o indivíduo. Por exemplo, o asfaltamento de uma rua que

beneficiará diretamente o cidadão solicitante pode resultar em uma contribuição para custear parte da obra.

Se de um lado o governo arrecada dinheiro, do outro, gasta. Para a organização destes, existem os gastos obrigatórios, como o nome diz, obrigatoriamente o governo deve executar, dentro de um prazo, serviços previstos, não podendo cortar, bloquear ou redirecionar as verbas direcionadas. Do outro lado, existem os gastos discricionários, que são previstos, mas não obrigatórios. Manutenção de equipamentos e bolsas acadêmicas são exemplos desses gastos que podem sofrer cortes do governo.

O resultado dos gastos governamentais superiores à arrecadação governamental é a dívida pública. Nesse sentido, temos a dívida pública bruta, o total da dívida do setor público não-financeiro e do Banco Central com o setor privado, sistema financeiro e o resto do mundo. Já a dívida pública líquida é a dívida pública bruta menos a soma dos créditos do setor público e Banco Central.

Por fim, tudo faz parte de um mecanismo, podemos imaginar que a ponta do novelo é a arrecadação e os gastos que resultam em superávit ou déficit, gerando um cenário de quitação ou acúmulo de dívidas públicas.

Aluno Alan Fernando Gil Vaz de Mello
Prof. Ms. Juliano Morais Galle

Equipe:

Corpo docente:

- Prof. Dra. Aniela Fagundes Carrara;
- Prof. Ms. Juliano Morais Galle;
- Prof. Dra. Kelly Cardoso Faro;
- Prof. Dr. Renato Nataniel Wasques.

Corpo discente:

- Alan Fernando Gil Vaz de Mello;
- Heloisa Cajango Santana;
- José Carlos Ferreira da Silva;
- Rafael Aparecido de Almeida;
- Wanessa Ramos Machado.

*Setor público no contexto desta coluna refere-se ao Governo Geral, abrangendo o Governo Central, os Estados e os Municípios.

Fontes:

Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
Secretaria da Fazenda do Mato Grosso (SEFAZ-MT).

http://www.rondonopolis.mt.gov.br/transparencia_rondonopolis/servlet/mbalancete_mensal_tce_portal_transparencia?1

Apoio: UFR/PROECE/CAMEX